

Análise Institucional de um seminário católico e da formação sacerdotal

Sílvio José Benelli

Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP

Resumo: Nesta pesquisa realizamos uma análise institucional, cujo objetivo é problematizar as práticas formativas eclesiais católicas, tais como elas se apresentam nos modos de funcionamento institucional de um Seminário Católico – localizado no Estado de São Paulo – e no registro do saber eclesial, como produtoras de uma modalização específica da subjetividade (futuros padres). Através da observação do cotidiano do estabelecimento, de entrevistas semi-estruturadas com diferentes atores institucionais, da análise dos documentos oficiais do Magistério Católico e de uma revisão bibliográfica pertinente, buscamos compreender as relações de formação entre padres formadores e seminaristas como um dispositivo privilegiado de constituição do Seminário como agência de produção de subjetividade. Como mediação e pano de fundo para nossos objetivos, examinamos o processo histórico que engendrou a atual sociedade disciplinar, enquanto um projeto do Estado de normalização social, e possibilitou o aparecimento das instituições de seqüestro, que se atualizam em estabelecimentos tais como o Seminário Católico. Concluímos que o Seminário investigado pode ser considerado como uma instituição tipicamente disciplinar, cujo principal mecanismo e operador microfísico é o relatório (instrumento de exame, vigilância e sanção normalizadora). Sua origem pode ser encontrada no convento católico medieval, matriz de diversas instituições totais. Sua técnica básica é o confinamento e sua lógica é totalitária e “panóptica”. O modo de funcionamento desse Seminário Católico se caracteriza pela contradição entre um discurso que privilegia a participação e práticas formativas disciplinares objetivantes e normalizadoras, produzindo uma modalidade de subjetividade de tonalidade perversa.

Palavras-chave: psicologia e religião; análise institucional; seminário católico; produção de subjetividade.

Análise institucional de um Seminário Católico

Nesse artigo estamos problematizando as práticas formativas eclesiais católicas, tais como elas se apresentam nos modos de funcionamento institucionais do Seminário Católico e no registro do saber eclesial, enquanto produtoras de uma possível subjetividade eclesial.

O Seminário Católico que pesquisamos funciona em regime de internato, no qual 70 seminaristas estudam Filosofia durante 3 anos, numa etapa preparatória inicial para o

sacerdócio. Pesquisamos o funcionamento da vida institucional através de visitas de observação e utilizamos entrevistas semi-estruturadas para entender como o seminarista experiencia sua vida no contexto institucional e como a equipe dirigente se situa no Seminário. Os dados obtidos através da observação participante, foram sistematizados em categorias analíticas; e os das entrevistas foram tratados a partir da metodologia de análise do discurso do sujeito coletivo (Lefèvre, 2000).

Nossa análise foi pautada no contexto teórico elaborado por Goffman, (1987), Costa-Rosa (1987, 1995, 1999, 2000) e Foucault (1982, 1984a, 1999a, 1999b) para o estudo das instituições totais e dos efeitos de suas práticas na vida e na subjetividade dos internados. Apresentaremos a seguir nosso enfoque teórico e análises sobre o objeto investigado, buscando oferecer uma contribuição para o conhecimento da formação sacerdotal no contexto social brasileiro.

A formação sacerdotal, a produção do padre católico (que entendemos como produção de subjetividade) é um processo que acontece no bojo de uma conjuntura social e eclesial específica. Ela se processa particularmente no âmbito do Seminário, estabelecimento fechado criado pela Igreja Católica para preparar os membros da hierarquia clerical (Brandão, 1984; Finkler, 1990; Giordani, 1990; João Paulo II, 1992; CNBB, 1995).

Se pudermos compreender quais as coordenadas da conjuntura sócio-eclesial, poderemos entender que tipo de instituição concreta (estabelecimento Seminário) se produz na atualidade. Além disso, escutar os discursos que circulam no estabelecimento e procurar detectar quais são as práticas predominantes no processo formativo, são aspectos importantes para estudar a produção de subjetividade no Seminário Católico. Se pudermos ouvir esses discursos, captar as práticas desenvolvidas no contexto institucional de um Seminário Católico e olhar também para o contexto global, então talvez possamos entender o que é essa instituição e o que ela pode produzir nas atuais circunstâncias. A partir de um diagnóstico institucional, se houver demanda, será possível pensar em estratégias políticas que visem à transformação dessa realidade.

Muitas questões pedagógicas, psicológicas, psiquiátricas, hospitalares, da saúde coletiva, etc., podem se tornar mais inteligíveis quando inseridas num marco institucional global. Entendemos que os problemas institucionais são também problemas sociais. Soluções técnicas muitas vezes não são suficientes para resolvê-los. Eles exigem soluções políticas para sua metabolização. A política não é meramente uma questão técnica (eficácia administrativa) nem científica (conhecimentos especializados sobre gerenciamento ou administração), mas ação e decisão coletiva quanto aos interesses e direitos do próprio grupo social.

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que o reconhecimento, ainda que cognitivo em dado momento, da especificidade e das vicissitudes mais correntes das instituições dedicadas à formação, como é o caso do Seminário Católico, pode funcionar como um importante operador de análise e, inclusive, como um bom ponto de partida para a construção de soluções para os problemas e sofrimentos dos diversos atores institucionais que ali vivem (Benelli & Costa-Rosa, 2002).

Análise institucional dos modos de produção de subjetividade

Costa-Rosa (1987, 1995, 1999, 2000) tem se ocupado com a pesquisa e discussão do tema das práticas contemporâneas em saúde mental, procurando colaborar na criação e contraposição de experiências alternativas ao hospital psiquiátrico e ao modelo de suas práticas. Sua tese é de que há dois modos básicos das práticas em saúde mental no contexto atual: o modo asilar e o modo psicossocial. Propõe ainda o modo psicossocial como um paradigma das práticas substitutivas do modo asilar. A elaboração das práticas do modo psicossocial emerge a partir de diversos movimentos sociais e científicos e vários campos teóricos: análise política das instituições, análise institucional, teoria da constituição subjetiva e elementos de análise histórica dos principais movimentos na área de saúde mental. É de uma síntese de sua teoria que estamos partindo para a elaboração deste estudo.

Em sua gênese, uma instituição pode ser entendida como sendo “o agenciamento das pulsações da Demanda Social (falta, em sentido amplo, que emerge dos conflitos e oposições presentes no espaço social), mediadas pelo imaginário (conjunto de imagens ideais) e a ideologia (representações sociais)” (Costa-Rosa, 2000, 2002), numa conjuntura que pode ser compreendida através do conceito de Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH: linhas de composição das Formações Sociais em termos das pulsações que as organizam e que nelas se atualizam) (Costa-Rosa, 1987). Trata-se de entender as instituições como produção da ação social coletiva no contexto sócio-histórico no qual elas emergem e funcionam, produzindo sujeitos, subjetividades diversas, inclusive em suas diferentes modalizações (Costa-Rosa, 1995).

A sociedade capitalista caracteriza-se por uma divisão que se polariza em dois blocos conflitantes: um pólo dominante e outro subordinado. O Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH) é a forma estratégica pela qual o movimento social coletivo procura manter o equilíbrio dinâmico da sociedade: o pólo dominante articula um conjunto de práticas produtoras de efeitos repressivos e ideológicos, além de um conjunto de concessões táticas, seguidas de sua recuperação: cede os anéis para não perder os dedos, e mais tarde procura retomá-los. Já o pólo subordinado desenvolve um conjunto de práticas que, por um lado, se identificam de modo alienado com o pólo dominante; por outro, possui um conjunto próprio de interesses (que podem apresentar-se de modo passivo e, inclusive, inadvertido). Além disso, também desenvolve várias práticas alternativas que algumas vezes chegam a aspirar à elaboração de uma hegemonia dos interesses subordinados, em contraposição à dominante, então, vigente.

A consistência de uma instituição é dada pela articulação de saberes e práticas através de um discurso lacunar (Costa-Rosa, 1995, 2002). O saber institucional justifica a ação, a prática coletiva que institui a própria vida no contexto institucional, criando todos os seus habitantes e estabelecendo suas funções. Mas as instituições fazem mais do que expressam seus estatutos, e também fazem menos, pois possuem funções positivas e negativas. O saber busca racionalizar e tornar plausível a existência da instituição, produzindo um discurso lacunar, esburacado, que tenta recobrir a prática concreta, muitas vezes em contradição com os objetivos explícitos em vista dos quais ela foi criada. Para conhecer realmente uma determinada instituição é preciso olhar não apenas para seus estatutos, mas para o que fazem seus diversos agentes e clientela.

Baseando-se em Hegel (A ciência da lógica), Costa-Rosa (2000, 2002) afirma que podemos compreender a instituição como a conjunção de momentos articulados: o nível das *práticas discursivas* (plano lógico) representa o aspecto *universal*; o nível das *práticas não-discursivas* (plano dos dispositivos: aparelho capaz de realizar

determinadas funções) representa o aspecto *particular*; finalmente, o nível da *práxis* (plano da articulação do universal e do particular) representa a instituição em sua *singularidade*. Neste momento da singularidade é que se pode conceber a instituição como dispositivo.

O funcionamento institucional expressa os movimentos diversos de um conjunto segmentar e articulado de pulsações e ações instituintes e efeitos instituídos (Costa-Rosa, 2002). Os diversos atores que emergem no contexto institucional são produtos e produtores dele, movidos por necessidades as mais diferentes. Os interesses segmentares podem ser apreciados num espectro que vai dos simplesmente diferentes até os que são incontestavelmente contraditórios. Toda produção institucional pode ser entendida como produção de subjetividade, de sujeitos produzidos a partir de uma subjetividade serializada ou singularizada.

A instituição consiste, então, numa Formação Social instável, amálgama de conflitos múltiplos, das pulsações da demanda social. Ela se desdobra em uma ordem latente e em outra manifesta. É imprescindível, portanto, realizar um trabalho de análise, de interpretação do sentido do discurso e das práticas institucionais, para não se inserir nelas de um modo funcionalista.

As instituições tendem a explicitar, sobretudo, suas funções positivas em seu discurso institucional, geralmente plasmado em estatutos, regimentos, “projetos” e normas. Será a análise do discurso que revelará as funções negativas das instituições. Somente uma interpretação desse discurso e das suas relações com o saber e com as práticas é o que nos possibilitará o acesso às suas funções negativas.

De acordo com Costa-Rosa (2002), as instituições, situadas no contexto sócio-histórico do Modo de Produção Capitalista (MPC), apresentam, invariavelmente, as seguintes funções negativas: a) produção de mais-valia, articulando-se com a produção de bens e serviços de outras instituições; b) reprodução das relações sociais dominantes: domínio e submissão, subjetividade alienada e serializada; c) produção de novas formas de relações sociais que expressam os interesses do pólo subordinado, podendo produzir subjetividade singularizada.

A análise das contradições indica o estado dos conflitos que se atualizam e se metabolizam na instituição, em relação à Demanda Social da qual ela é o efeito. Para analisar o estado do jogo de forças institucionais, é preciso especificar as principais contradições ativas no contexto, distinguir entre contradição principal e secundárias e compreender os antagonismos decorrentes das diferenças essenciais. Analisando a proporção de forças que possui cada um dos pólos dos interesses presentes em determinada conjuntura particular, teremos o índice do estado das contradições.

Costa-Rosa (2000, p.151-152) estabelece alguns parâmetros principais que compõem um determinado paradigma, que devem ser observados em seu estudo e caracterização: a) concepção do ‘objeto’ e dos ‘meios de trabalho’, que diz respeito às concepções do objeto institucional e concepção dos meios e instrumentos de seu manuseio (inclui ainda o aparelho jurídico-institucional, multiprofissional e teórico-técnico, além do discurso ideológico); b) formas de organização do dispositivo institucional: como se organizam as relações intra-institucionais, organograma, relações de poder e de saber; c) formas de relacionamento com a clientela; d) formas de seus efeitos típicos em termos de resolutividade e éticos, que inclui os fins políticos e socioculturais amplos para os quais concorrem os efeitos de suas práticas.

A produção de subjetividade no contexto institucional

Michel Foucault (1982, 1984a, 1984b, 1985, 1999b, 1999c; Dreyfus, H. & Rabinow, P., 1995) se ocupou intensamente da questão da produção da subjetividade contemporânea. Seu pensamento pode ser entendido de acordo com três eixos principais: primeiro, o do conhecimento – que investiga como o homem, um sujeito empírico-transcendental, tornou-se na idade moderna um objeto de conhecimento; segundo, o do poder – que analisa como as estruturas modernas do poder conduziram o indivíduo à sujeição: a individualidade é tanto o objeto-efeito do poder quanto o objeto-efeito do conhecimento; terceiro, o da ética – que analisa as formas nas quais os indivíduos podem e devem reconhecer a si mesmos como sujeitos. Para Foucault, o objetivo da filosofia hoje não é descobrir o que nós somos, mas conceber outra forma de subjetividade (Machado, 1981).

Quando Foucault analisa o poder, ele o estuda visando explicitar através de análises minuciosas e precisas de práticas políticas disciplinares que, numa determinada sociedade, produz o sujeito como individualidade. Apesar de Foucault ter dedicado a sua atenção ao que atualmente chamamos de análise das instituições, ele não limitou suas pesquisas ao estudo delas, preferindo privilegiar o desenvolvimento das tecnologias de poder. É preciso analisar as instituições a partir das relações de poder.

Foucault (1982, 1999a, 1999b, 1999c) demonstrou que as relações poder/saber, consideradas como práticas, realizam, simultaneamente, tanto a produção de conhecimentos específicos sobre o homem, quanto a produção técnica dele no interior de um determinado conjunto de instituições. É nessa articulação entre saber e poder, na intersecção dessas duas práticas sociais, que se produz o sujeito, pois quando se objetivam certos aspectos do homem é que há possibilidade de organizar-se uma manipulação técnica institucionalizada dos indivíduos. E o contrário também se verifica, pois é necessário que haja um conjunto de práticas institucionalizadas de manipulação dos indivíduos como condição para sua objetivação científica.

Foucault estuda as condições práticas e históricas de possibilidade da produção do sujeito através das formas de subjetivação que constituem sua própria interioridade, analisando a forma de sua experiência de si mesmo. Ou como Foucault (citado por Larrosa, 1994, p.42) mesmo escreveu:

Trata-se de estudar a constituição do sujeito como objeto para si mesmo: a formação de procedimentos pelos quais o sujeito é induzido a observar-se a si mesmo, analisar-se, decifrar-se, reconhecer-se como um domínio de saber possível. Trata-se em suma da história da “subjetividade”, se entendermos essa palavra como o modo no qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade no qual está em relação consigo mesmo.

A ontologia do sujeito é, para Foucault, a experiência de si, que ele denomina de “subjetivação”, enlaçando “subjetividade” e “experiência de si mesmo”. Há um sujeito porque é possível traçar a genealogia das formas de produção dessa experiência. Essa experiência de si não é algo que permaneceria imutável, como se fosse um objeto com estatuto ontológico, através de suas diversas representações. Pelo contrário, é a experiência de si que constitui o sujeito, o eu enquanto si mesmo.

Foucault indaga como essa experiência de si foi produzida, pesquisando os mecanismos específicos que constituem o que é considerado como subjetivo. Portanto,

estudar a subjetividade na sociedade ocidental é analisar a história das diversas formas da experiência de si que nela emergiram.

O sujeito, sua história e constituição como objeto para si mesmo, são inseparáveis das “tecnologias de si”, aqueles modos pelos quais um indivíduo estabelece uma relação consigo mesmo. Segundo Foucault (citado por Larrosa, 1994, p.56), são aquelas práticas

[...] que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmo com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade.

Ou ainda como:

Os procedimentos, tal como existem, sem dúvida em qualquer civilização, que são propostos ou prescritos para os indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de um certo número de fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si. (Foucault, 1997, p.109).

Foucault (1995) afirma que em suas pesquisas detectou três modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos: as práticas científicas, que objetivam o homem como sujeito falante, produtivo e vivo; as práticas divisoras disciplinares e punitivas, que dividem os indivíduos tanto no seu interior quanto em relação aos outros; as práticas que permitem ao homem reconhecer-se como sujeito de “sexualidade”, subjetivando-se como ser sexuado. O sujeito moderno é efeito de processos de normalização social e da gestão estatal dos homens, visando a sua utilização ótima. É o poder disciplinar que organiza a sociedade moderna.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita (Foucault, 1995, p.235).

Assim, Foucault afirma que existem três domínios possíveis para a genealogia: ela se ocupa com as *formas de relação com a verdade*, produzindo uma ontologia histórica do homem em relação com a verdade que o constitui como sujeito de conhecimento; ocupa-se também com as *formas de normatização*, cartografando os modos como o poder disciplinar produz o homem como sujeito que atua sobre os outros; ainda estuda as *formas de subjetivação*, produzindo uma ontologia histórica do homem em relação à ética através da qual ele se constitui como sujeito moral, numa hermenêutica de si.

Como produzir-se como sujeito ético fora dos regimes teológicos e científicos? Como inventar outros modos de existir? Foucault propõe o paradigma ético-estético-político: construir uma vida filosófica, através do trabalho do pensamento (trabalho sobre si, apropriando-se do sistema de regras que constitui o homem e imprimindo-lhe um novo sentido). Às técnicas de extração da verdade, ele opõe uma ética da busca e da produção da verdade: encontra nos gregos da antiguidade uma atitude autenticamente libertadora. A “estética da existência” se apóia sobre um potencial de resistência do sujeito a um poder jamais erradicável e promete uma coragem da verdade construída sem confissão nem justificação. A verdade consiste, nesse caso, numa afirmação de si.

Superando a alienação da confissão, o sujeito pode aprender a reivindicar-se como tal. Lutando contra as formas de objetivação, normatização disciplinar e subjetivação hegemônicas de produção da subjetividade contemporânea, pode superar o esmagamento provocado por uma imagem de si imposta pelo outro. A ética da coragem da verdade, a estética da existência, torna-se um momento de libertação: o sujeito pode enunciar uma verdade sobre si sem culpabilidade nem inocência, entretendo uma relação verdadeira consigo mesmo. Subjetivar-se significa, então, transformar a confissão em produção e exercício de si mesmo, escolhendo uma maneira de ser a partir de sua própria transformação. Esse enfrentamento de toda dominação é político no seu mais alto grau, tarefa de produzir-se singularmente, desprendendo-se do que os outros impunham que se fosse.

Consideramos a sociedade contemporânea como um tecido formado por uma rede de instituições sociais: a religião com suas organizações é uma delas. Como estamos discutindo, os supostos conflitos entre sujeito e sociedade, indivíduo e grupo, sujeito e instituição, psique e ambiente são falsas dicotomias. Trata-se de falsos problemas: só há real social, coletivo, e o indivíduo é apenas um terminal de produção social. Os sujeitos são produzidos socialmente, no bojo de processos e práticas concretas, de práticas discursivas, na intersecção entre poderes e saberes.

As práticas sociais, quaisquer que sejam, produzem subjetividade e subjetivação, produzem também dispositivos de subjetivação. Na perspectiva em que estamos trabalhando, consideramos a subjetividade não como um dado estático e natural, mas como algo que se constitui em processos. Um exemplo é a teorização de Freud, cartografando como é que se constitui a subjetividade humana, com a sua variabilidade e plasticidade pulsional, dependente de uma série de variáveis. A cultura da Formação Capitalista Liberal também modela e produz uma variação de subjetividade, que culmina na categoria de indivíduo auto-suficiente, auto-consciente, senhor de si mesmo, o sujeito centrado no eu. Assim como em termos mais amplos, podemos ver a categoria indivíduo como a produção específica de uma modalidade de subjetividade, são nestes termos que, a partir de Goffman e de Foucault, estamos trabalhando com a hipótese de que o modo de funcionamento das instituições totais opera como produtoras de certa modalidade da subjetividade.

Entendemos a subjetividade como produção de modos de existência, uma individuação particular ou coletiva, um modo intensivo. A subjetividade atravessa o indivíduo, de forma que ele possa se tornar um agente coletivo de enunciação, produzindo movimentos de singularização.

Há individuação do tipo “sujeito”, onde modos específicos e normativos de ser, sentir, pensar e agir o produzem em determinado momento histórico. Pensamos que a subjetividade é tecida, no contexto institucional, pela rede de micropoderes que sustenta o fazer cotidiano (institucional), operando efeitos de reconhecimento/desconhecimento dessa ação concreta.

Para a adequada compreensão de uma instituição, devemos inseri-la na conjuntura social mais ampla da qual ela emerge, encarregada de certa encomenda, constituída em torno de um objeto institucional que lhe seria específico (Albuquerque, 1986; Guirado, 1987; Costa-Rosa, 1987). Acreditamos que as instituições (re)produzem subjetividade e que esta pode ser captada através de discursos e práticas. Portanto, coletamos um considerável conjunto de dados relativos à origem histórica, ao funcionamento jurídico e cotidiano do Seminário Católico. Consideramos o Seminário como um dispositivo, pois possui e articula diversos planos: tem uma lógica própria expressa em leis e normas

jurídicas que o instituem, configura-se em um estabelecimento concreto e se auto-produz em práticas cotidianas.

Uma instituição não é uma instalação material na qual se encarnam entidades poderosas. É uma prática social que se repete e se legitima ao se repetir, num movimento entre forças instituintes e forças instituídas. As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando realizam – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade em seus vários atores; sujeitos são fundados no interior das práticas, ao mesmo tempo constituídos *no* e constituintes *do* cotidiano institucional. O pensamento costuma reificar objetos e sujeitos que só existem enquanto se produzem e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais.

A produção de subjetividade remete fundamentalmente ao plano micropolítico, microfísico das relações instituintes e instituídas da formação no contexto do Seminário Católico. As relações formativas (pedagógicas, terapêuticas, educativas) entre padres formadores e seminaristas não se configuram apenas como relações estáticas entre pólos constituídos, mas apresentam-se em permanente constituição e ordenação – plenas de vicissitudes – em constante transformação dos lugares e posições no interior das relações, numa pulverização dos lugares instituídos e instituintes.

Desse modo, não podemos conceber práticas e/ou sujeitos autônomos, pois toda prática é efetivada por relações nas quais se configuram sujeitos. Essa é a principal condição para que as instituições existam concretamente. A solidez institucional residiria nos vínculos invisíveis e microfísicos entre os sujeitos que as fazem cotidianamente. Portanto, as relações instituintes e instituídas do processo formativo no contexto institucional do Seminário Católico poderiam ser mapeadas a partir das forças e dos poderes moleculares que as permeiam.

Paradigmas predominantes no contexto eclesial católico contemporâneo

Utilizaremos o referencial de análise institucional dos modos de produção de subjetividade (Costa-Rosa, 2000, 2002) para mapear paradigmas predominantes no contexto eclesial católico contemporâneo. Detectamos a existência de dois paradigmas contraditórios, que denominamos de Romano e Libertador. O dispositivo de formação sacerdotal atualmente existente é produzido a partir dos modos estruturais e conjunturais da própria instituição católica. O Seminário Católico, que se caracteriza como instituição total, é uma produção e consequência lógica da hegemonia do paradigma Romano no contexto eclesial católico.

Baseando-nos em Boff (1996) e Libânio (2000), vamos apresentar as características desses dois paradigmas predominantes e em conflito no contexto eclesial católico. Adaptando os índices de análise de Costa-Rosa (2000), estudaremos quatro aspectos fundamentais que indicam as contradições principais entre ambos os paradigmas: a concepção do “objeto” e as técnicas pedagógico-evangelizadoras; a organização das relações intra-institucionais; a relação da instituição com a clientela; os efeitos típicos da instituição em termos de *performance* e de ética.

Na configuração dos paradigmas que apresentaremos em seguida, a partir desses indicadores, ao esquematizarmos pares em oposição, entendemos que são apenas pontos

extremos formal-abstratos de uma realidade material complexa e dinâmica, que convive com intermediários.

Não podemos aspirar a compreender o Seminário Católico, o que ele produz e o modo como o faz – com relação à subjetividade – sem inseri-lo no contexto eclesial no qual ele emerge e se constitui, e na atual estrutura e conjuntura da Igreja Católica.

Portanto, vamos aplicar esses instrumentos de análise à Igreja Católica, visando situar o Seminário que estamos estudando em seu contexto sócio-eclesial, o que nos permitirá entender a lógica predominante no seu contexto institucional e verificar que tipo de subjetividade se produz em seu funcionamento. Há dois projetos que atravessam a instituição católica na atualidade (Boff, 1996). O Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH) nos permite analisar e compreender o jogo de forças que, na Igreja Católica, mostram-se contrapondo saberes, práticas, aspectos jurídicos e ideológicos, do que denominaremos como Paradigma Romano, aos do Paradigma Libertador (Benelli, 2003b). Acreditamos que é entre ambos que se dá a contradição essencial na organização católica.

No plano das práticas discursivas, a Igreja Católica, organização que se situa no conjunto das instituições religiosas, apresenta funções positivas: ofertar a Salvação de Deus Pai, através de Jesus Cristo, seu Filho; santificar os homens; transformar o mundo no Reino de Deus. Suas funções negativas se dividem em três: a) produção de mais-valia, utilizando dos produtos de outras instituições; b) reprodução das relações sociais de dominação, concentrando o poder no estamento clerical, (re)produzindo subjetividade serializada; c) contraposição às relações sociais estabelecidas, criando e exercitando outras formas de relações, produzindo uma subjetividade singularizada, sintonizada com a emergência das demandas do pólo subordinado: leigos e pobres.

Procuramos problematizar o funcionamento da Igreja Católica focalizando as relações de poder que organizam a instituição na atualidade, utilizando teólogos especialistas em eclesiologia (Maduro, 1981; Libânio, 1984, 2000; Boff, 1996; Beozzo, 1993; Benedetti, 1999).

O Paradigma Romano é a expressão dos interesses, opiniões, concepções teórico-técnicas, éticas, ideais e interesses econômicos de um setor social no contexto eclesial, a hierarquia eclesiástica, que se identifica e está alinhada aos interesses do pólo dominante na atualidade (Cabras, 1982). Sintetizando muito, podemos afirmar que o Paradigma Romano caracteriza-se pelas formas eclesiais próprias da Cristandade.

Quanto à concepção do objeto institucional, temos a objetificação do homem-peccador, com exclusão da subjetividade, normalização das condutas e rejeição da modernidade, buscando uma salvação na eternidade (Libânio, 1984, 2000).

Predomina a centralização autoritária na organização das relações intra-institucionais (tripé cúria romana, diocese, paróquia). O fluxo do poder decisório está concentrado numa hierarquia poderosa, corporativista, sua forma é a heterogestão. O organograma formal e informal é clericalizado e verticalizado. Predomina uma divisão taylorizada do trabalho: o clero pensa, decide, manda e os leigos são executores. A organização arquitetônica e do mobiliário se manifesta na centralidade da paróquia, nos privilégios clericais em detrimento da precariedade dos leigos (Beozzo, 1993; Boff, 1996).

Quanto à relação da instituição eclesial com a clientela, no plano geográfico, predomina o atendimento da encomenda social: sacralização, sacramentalização e assistencialismo com tentativas de promoção social; no imaginário coletivo, ela é

percebida como poderosa, santa, repressora e autoritária; no plano simbólico, observamos que os instrumentos (práticas, discursos, saberes) utilizados estão em dissonância, quando não em franca contradição, com seus objetivos positivos e não podem produzir o que se propõem (Benedetti, 1999).

Quanto aos efeitos típicos da instituição em termos de performance ética, ela acaba produzindo mais-valia, reproduzindo as relações sociais de dominação-subordinação e finalmente, produzindo uma subjetividade normalizada, serializada, dirigida para a adaptação social. Basta observar a ênfase atual em questões de moral sexual e o desaparecimento das questões sociais, políticas, ecológicas, de gênero, econômicas, etc., do discurso eclesial oficial (Libânio, 2000).

A instituição Seminário emergente do Paradigma eclesial Romano

O Seminário que emerge em tais condições de possibilidades é marcado por um paradigma formativo que poderíamos denominar de “modo conventual” (Benelli, 2003a). O Seminário Católico (CNBB, 1995) é um estabelecimento que visa à formação de sacerdotes, de padres para a manutenção dos quadros hierárquicos da Igreja Católica, encarregados do serviço pastoral, profético e sacramental à comunidade católica. Em seus estatutos e regimentos, este estabelecimento oferece uma formação que se divide em cinco campos: a vida comunitária, a dimensão humano-afetiva, a formação espiritual, a dimensão intelectual, a formação pastoral. Este é o projeto institucional oficial do Seminário.

Mas estudando o Seminário Católico, detectamos uma série de procedimentos utilizados pelo estabelecimento na formação dos candidatos ao sacerdócio. A vida comunitária implica reclusão no claustro do Seminário e, aparentemente, o próprio estabelecimento é considerado um instrumento formativo em si mesmo, com monitoração das saídas e ausências; considera-se que viver na instituição forma o seminarista. A convivência é tensa, caracterizada pelos diversos fenômenos típicos do enclaustramento totalitário (Goffman, 1987; Foucault, 1999b).

Seu objeto institucional seria uma formação sacerdotal reificada: a vocação obedeceria a um modelo universal a ser inculcado, introjetado (trata-se de um objeto com estatuto ontológico). As práticas e técnicas pedagógicas formativas implementam procedimentos microfísicos disciplinares: enclaustramento, observação do comportamento, controle, vigilância, exame, normalização.

A organização das relações intra-institucionais está centralizada no reitor e na equipe de formadores: os diversos “canais de participação” existentes no estabelecimento acabam tornando-se instrumentos formais, destituídos de eficácia deliberativa e autogestiva.

Os relatórios semestrais de avaliação do processo vocacional de cada seminarista são percebidos como um instrumento de controle nas mãos dos formadores. O relatório confeccionado pelo reitor juntamente com os demais membros da equipe dirigente é um poderoso e efetivo instrumento da tecnologia microfísica que concentra os três elementos básicos que constituem o poder disciplinar: é um amálgama da vigilância escalonada e hierárquica, da sanção normalizadora e do exame. Seus efeitos visam à normatização e uniformização disciplinar do seminarista enquanto um eu ideal.

Para confeccionar tal relatório, a equipe dirigente utiliza-se básica e principalmente da observação do comportamento e da conduta visível do seminarista. Estão previstas entrevistas-interrogatórios semestrais, raros e escassos encontros formais entre formadores e seminaristas, nos quais os primeiros exigem transparência e abertura dos formandos. Os seminaristas podem conhecer ou não o conteúdo do relatório a seu respeito. Isso não é um direito que possam exigir, mas é uma concessão generosa por parte da equipe dirigente, quando ocorre.

Os bispos, de posse dos relatórios, entrevistam, interrogam e admoestam os respectivos seminaristas quanto ao seu desempenho no processo formativo. O boletim de notas escolares também é conferido e utilizado como parâmetro de avaliação. Como são os bispos que pagam a formação, recebida gratuitamente pelos seminaristas, desejam ver seus investimentos bem aproveitados.

O fluxo do poder decisório e de execução é hierárquico, escalonado, heterogestivo. O organograma formal e informal é clerical e verticalizado: os atores institucionais são menos do que uma “comunidade” e algo mais do que uma “organização burocrática”. A equipe de formadores desempenha claramente o papel de interditor/promotor dos seminaristas no processo formativo. Um bom relatório é condição indispensável para a permanência na instituição e prosseguimento nas diversas e graduadas etapas da formação, rumo ao sacerdócio.

O trabalho formativo também obedece a uma divisão taylorizada: padres formadores, professores, funcionários, leigos, seminaristas. A organização arquitetônica e do mobiliário revelam novamente os privilégios clericais versus a precariedade global dos seminaristas. A relação da instituição com os seminaristas é centralizada no território composto pelo estabelecimento. O espaço geográfico é totalitário, funcionando por subtração e através da sanção normalizadora, instrumentalizada nos relatórios de avaliação dos seminaristas.

Os seminaristas permanecem em contato com seus colegas e formadores, expostos a uma observação constante, o que Goffman (1987) denomina de exposições contaminadoras físicas, sociais e psicológicas. O “circuito”, uma técnica de vigilância, promove a interligação de todas as esferas da vida do seminarista no contexto institucional, monitorando-as e avaliando a “vocação autêntica” do candidato através da sua conduta.

Constatamos outros elementos específicos de uma tecnologia disciplinar (Goffman, 1987; Foucault, 1999b;) funcionando efetivamente no Seminário: a tiranização, produtora de infantilização social, por exemplo, através da obrigação de pedir permissão; o processo de arregimentação, que se expressa na obrigação de executar a atividade regulada em uníssono com grupos de outros seminaristas; a campanha onipresente no estabelecimento; o sistema de autoridade escalonada, no qual padres formadores, professores, colegas, todos vigiam todos; o sistema de privilégios, que inclui os seguintes elementos: graduação em Filosofia, alto padrão de vida oferecido pelo estabelecimento, que parece produzir um desclassamento e aburguesamento nos seminaristas; os dias livres para saídas do Seminário; uma relação de tutela informal e cobertura incompleta das necessidades dos seminaristas com o alívio de responsabilidades econômicas e a exigência de dedicação exclusiva à formação para o sacerdócio; processos de desligamento secretos e sumários de seminaristas do estabelecimento. Esses procedimentos não estão previstos dessa forma nos objetivos oficiais. Eles foram detectados quando olhamos para as práticas cotidianas

desenvolvidas no contexto institucional; podemos dizer que eles são o que a instituição não diz, mas faz.

No plano imaginário, o Seminário caracteriza-se por uma duplicidade: espaço sagrado, santo/lugar da devassidão. O Seminário Católico tem seu principal mecanismo e operador microfísico no relatório, instrumento de efeitos ambíguos, parâmetro de normalidade, “vocacionalidade” e de produção dos duplos “anormais” da figura do seminarista: o jovem assexuado reprimido, o homossexual, o beato perverso. Os demais “complementos” formativos de ordem pedagógica e psicológica acabam funcionando como uma cobertura que se sobrepõe a esta tecnologia disciplinar, produzindo efeitos pouco consistentes no cotidiano institucional.

A vida no contexto institucional parece ter sua especificidade, para além ou à revelia dos objetivos oficiais dos formadores. A vida no claustro produz uma série de fenômenos entre os seminaristas, caracterizando o processo de confraternização (Goffman, 1987, p.159), problemas de contaminação num contexto em que “o inferno são os outros”, rivalidades, possibilidades de delação, gozação coletiva, divisão em grupos menores: panelinhas, casais. No seio da comunidade reina o conflito, a “guerra fria”, a resistência velada dos seminaristas. Esses fenômenos são notoriamente conhecidos por todos os envolvidos e tacitamente ignorados, são voluntariamente desconhecidos, denegados. Este modo de lidar com o processo de confraternização não deixa de ser enigmático, senão sintomático.

Trata-se de uma sociedade transparente, visível em cada um de seus componentes, onde “cada um, do lugar que ocupa possa ver o conjunto (...) que os olhares não encontrem mais obstáculos, que a opinião reine, a de cada um sobre cada um (...) cada camarada torna-se um vigia” (Foucault, 1999b, p.215).

No plano simbólico, verificamos no Seminário a contradição entre um discurso de “liberdade com responsabilidade” e uma tutela informal, incompleta, infantilizante, autoritária e silenciadora. Nesse sistema de “liberdade com responsabilidade”, não se diz liberdade de quê ou para quê, nem responsabilidade sobre o quê. O discurso é liberal: “liberdade” e “responsabilidade” são reduzidos a valores formais, abstratos e observamos que as práticas são inevitavelmente autoritárias nesta instituição.

Entendemos que, quanto aos efeitos do Seminário em termos de performance ética, detectamos novamente a produção de mais-valia, reprodução das relações sociais de dominação-subordinação, a produção de uma modalidade de subjetividade de tonalidade perversa, normalização e adaptação social.

Pensamos que o Seminário é atravessado pelo poder disciplinar que predomina na sociedade moderna, encarnado no estabelecimento através de técnicas, procedimentos, estratégias, tecnologias produtivas que visam ao controle, adestramento e modelação dos corpos que ali são enclausurados. Não se trata de reprimi-los nem de pura e simplesmente mutilá-los, mas de agir sobre eles, produzindo sujeitos, indivíduos sujeitos, seminaristas, futuros padres (Foucault, 1999b).

Conclusão

Apresentaremos, resumidamente, os aspectos mais relevantes que detectamos quanto à situação dos seminaristas no processo formativo.

Os seminaristas provêm, em sua maioria, das classes populares oprimidas: trabalhadores braçais e jovens empregados no setor de serviços, que são retirados do mercado de trabalho. Ingressam no Seminário ainda jovens, muitos com razoável experiência de trabalho, quando desfrutavam de relativa autonomia pessoal. Entram na instituição desconhecendo a especificidade do processo formativo sacerdotal. A realidade se lhes apresenta como algo chocante no Seminário Menor e no Propedêutico.

Os seminaristas estão submetidos ao poder discricionário da autoridade episcopal e da equipe de formadores que os acolhe no processo formativo. O correlato de tal poder é o medo silencioso do grupo dos seminaristas, indivíduos que custam caro para a instituição, mas que podem ser descartados, a qualquer momento, pela equipe dirigente ou pelo bispo.

Em troca de sua liberdade e autonomia, pensamento crítico, atividade sexual e capacidade produtiva, os seminaristas recebem casa, comida, roupa lavada e estudos gratuitos, bem como um padrão de vida de classe média alta em regime de internato por mais ou menos 08 anos. A submissão à hierarquia é algo que não pode ser contestado pelos seminaristas: posturas de liderança, rebeldia, contestação ou corporativismo são entendidos como afronta e ameaça potencial, que deve ser eliminada precocemente, cortando o mal pela raiz, dispensando tais candidatos. Os seminaristas sabem que devem ser obedientes e submissos ao clero, sofrendo calados. A regra é a do silêncio durante o processo formativo. Mas quando “tiverem a estola no pescoço”, tornando-se padres, então nada nem ninguém mais poderá ameaçá-los. Alcançarão um status superior à lei, ingressando num tempo e etapa de vida em que sua arbitrariedade poderá campear impunemente.

Os seminaristas se submetem ao regime disciplinar institucional a as suas punições e penalidades. O regime disciplinar é “oficioso”, suas regras básicas não estão formuladas de modo explícito e evidente. O que parece ser uma liberalização e flexibilização da “grande disciplina”, na verdade parece funcionar de modo inverso: há um regulamento difuso que penetra e funciona de modo sutil, tornando a vigilância e o controle mais capilar, eficiente e onipresente.

Entendemos que se produz uma relação perversa, denegatória, um reconhecimento/desconhecimento tácito da dimensão instituída, disciplinar e normalizante do Seminário e do processo formativo que nele se realiza. Tanto a equipe dirigente quanto os seminaristas internados se dilaceram no processamento dessa maquinaria kafkiana totalitária.

A tutela informal e incompleta põe os seminaristas numa situação desconfortável e incerta, na qual podem experimentar humilhações, dependência e privações. Essa situação parece corresponder à desconfiança institucional tácita quanto à idoneidade e vocação dos candidatos. Como cobrir todos os gastos, se não é possível ter certeza plena do retorno do investimento aplicado?

Os estudos filosóficos, mesmo que meramente considerados como uma obrigação no limite do suportável para a maioria dos seminaristas, torna-os mais críticos, extremamente duros com a equipe dirigente. Acirram-se as contradições, conflitos e lutas que permanecem ardendo na surdina, caldo explosivo que ferve no silêncio. A tensão crescente no ambiente institucional é aliviada pelas festas constantes, nas quais

se come e bebe exageradamente: há festas dos aniversariantes do mês, saídas para comer com padres visitantes das dioceses, confraternizações de turma por classe, por grupo diocesano, aniversário da instituição, etc.

Há um intenso erotismo permeando a vida no claustro, mesmo e apesar do interdito do celibato. Parece que o celibato é entendido pelos seminaristas apenas como uma regra disciplinar que necessariamente não os impedem de experimentar diversas práticas amorosas, tanto heterossexuais quanto homossexuais, seja fora ou dentro dos muros do estabelecimento. A questão que emerge no contexto institucional poderia ser formulada mais ou menos assim: “como ser celibatário sendo sexuado, capaz de afetar e ser afetado pelos demais? Como um ser desejanste, faminto de amor e sexuado pode viver uma vida celibatária?”.

Detectamos, no processo formativo no Seminário Católico, uma forte contradição entre um aparelho disciplinar e um discurso participativo, entre as práticas e o discurso institucional. Chegamos à conclusão de que o estabelecimento está organizado a partir do mecanismo da renegação (Laplanche 1996, p.436-438): esta situação ambígua parece estar (re)produzindo nos seminaristas uma modalidade específica de subjetividade que nos parece caracterizada por comportamentos predominantemente de tonalidade perversa. Eles parecem viver um tempo e circunstâncias que devem “a priori” serem varridos da sua história. A formação é um tempo que se suporta, fundado na certeza de que será esquecido.

Se não podemos afirmar que o Seminário Católico produz sujeitos perversos, pensamos que sua oferta no contexto social e seus modos de ser no cotidiano provavelmente atraem indivíduos assim constituídos e que podem ter grande sucesso na carreira eclesiástica. Por outro lado, fomentar uma vida onde se ignora o que se faz, apesar de fazê-lo, pode produzir uma modalidade específica de subjetividade de tonalidade perversa. Levantamos também a hipótese de que um projeto de vida celibatária pode ser também muito atraente para sujeitos de estrutura histérica, com forte inibição sexual diante da mulher, indivíduos com grandes possibilidades de atuações homossexuais, acompanhadas de intensa angústia.

Em termos de *performance* ética, pensamos que o Seminário Católico, dispositivo de formação eclesiástica da Igreja Católica, caracteriza-se mais pela (re)produção das relações sociais dominantes, (re)produzindo uma subjetividade predominantemente serializada. Verificamos que há uma encomenda institucional no Seminário investigado: deve preparar “profissionais do sagrado” e administradores paroquiais, membros qualificados do quadro hierárquico eclesiástico. Pudemos observar uma “escolarização” do processo formativo, quase fazendo equivaler a formatura acadêmica com a preparação propriamente sacerdotal.

Detectamos também uma demanda na instituição: o Seminário seria o lugar para onde se dirigem rapazes que buscam uma experiência mística: sentem-se chamados a seguir Jesus Cristo, pobre, casto e obediente; rei, sacerdote e profeta, tornando-se sacerdote na Igreja Católica. A pergunta que nos fazemos é a seguinte: como ser místico no século XXI, seguindo Jesus Cristo? Essa talvez seja a oferta (plano instituinte) que o Seminário oferece, mas tem evidente dificuldade em proporcionar.

A partir de nossa investigação, estamos percebendo que o Seminário se apresenta como um estabelecimento que encarna o poder disciplinar e os diversos procedimentos que esse tipo de poder implementa. As relações de formação entre formadores e seminaristas são centralizadas autoritariamente nos primeiros, elemento que nos parece privilegiado na constituição do Seminário enquanto agência de produção de

subjetividade. Produz sujeitos individualizados, que funcionam, sobretudo, através do mecanismo da renegação, capazes e adestrados para atuações de caráter perverso. Acreditamos que esse tipo de processo formativo que se realiza no Seminário provavelmente tem uma incidência direta no tipo de prática social desenvolvida pelos padres, que depois de formados, passam a ocupar lugares proeminentes na liderança de setores relevantes da população.

Esta pesquisa não pretende ser a denúncia nem um ataque a um Seminário supostamente autoritário e repressor. Foucault nos ensinou que não podemos ingenuamente acreditar que é possível brandir o poder com nosso saber. Organizando coerentemente práticas, saberes e sujeitos, detectamos uma *lógica totalitária* como eixo microfísico e produtor de subjetividade no Seminário.

Procuramos realizar um diagnóstico institucional, destacando os aspectos totalitários e disciplinares do Seminário Católico. O Seminário se constitui numa multiplicidade que o pensamento só consegue abarcar através de cortes e perspectivas. É verdade que o Seminário não é apenas uma instituição totalitária e disciplinar, mas essa dimensão, permanentemente negligenciada e denegada na realidade cotidiana institucional, merece destaque fundamental. Podemos dizer que o próprio Seminário está implicado na produção dos males de que todos ali se queixam.

Pensamos que o Seminário Católico, tal como se encontra funcionando a partir do Paradigma Romano, dificilmente poderá produzir implicação subjetiva, sócio-cultural e singularização. Somente outras práticas, novos saberes e novas instituições, emergentes a partir de um novo paradigma, poderiam ser promotoras de inéditas relações sociais, baseadas na solidariedade, na autodeterminação, na autoprodução de si e do mundo, num processo permanentemente instituinte.

Benelli, S. J. (2007). Institutional Analyses from priesthood formation and catholic seminary. *Revista de Psicologia da UNESP*, 6(1), 13-30.

Abstract: *We have done in this research an institutional analyses, which aims is to examine the Catholic ecclesiastical formation practices by means of institutional functioning from a Catholic Seminary – set in São Paulo State – and the register of the ecclesiastical knowledge, producer of a specific subjectivity pattern (future priests). By observing the everyday of that establishment, the semi-structured interviews with institution actors, the analyses of official documents of the Catholic Ministry and relevant literature, we looked for understanding the formation relationship between priests responsible for the formation and seminarians concerning to a privileged and constitutive device of the seminary as an agent producer of subjectivity. Historical process was the mediator and background for our purposes, which built up the nowadays disciplinary society, a State project for social normality, and opened the way to withdrawal institutions which are renewed at establishments such as the Catholic Seminary. Thus we come to the conclusion that the Seminary focused can be considered as a common disciplinary institution, which maintains the report as its main mechanism and microphysics*

device (exam tool, surveillance and normal process sanction). Its genesis can be found into the Catholic medieval convent, the matrix to the total institutions. It had used the confinement and a totalitarian and “panoptic” logic. That Catholic Seminary functionality is characterized by the contradiction between the speech guided to participation and an objectifying and normalizing disciplinary formation practices, producer of a modality of subjectivity with a perverse tonality.

Keywords: *psychology and religion, institutional analyses, Catholic Seminary, subjectivity production.*

Referências

- Albuquerque, J. A. G. (1996). *Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições*. Rio de Janeiro: Graal.
- Baremlitt, G. F. (Org.). (1998). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.
- Benedetti, L. R. (1999). O “novo clero”: arcaico ou moderno? *Revista Eclesiástica Brasileira*, 59, 88-126.
- Benelli, S. J. (2003a). *Pescadores de homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um Seminário Católico*. Dissertação de Mestrado Não- Publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Assis, SP.
- Benelli, S. J. (2003b). Paradigmas eclesiais e sua incidência no processo formativo sacerdotal. *Revista Pós-História*, 11, 249-274.
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2002). A produção da subjetividade no contexto institucional de um Seminário católico. *Estudos de Psicologia*, 2 (19), 37-58.
- Beozzo, J.O. (1993). *A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes.
- Boff, C.M. (1996). Uma análise de conjuntura da igreja católica no final do milênio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 221, 125-149.
- Brandão, M. (1984). *Psicologia e formação religiosa*. São Paulo: Paulinas.
- Cabras, A. (1982). *Os anjos querem ser homens: um estudo sobre a laicização de padres no Brasil*. Dissertação de mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (1995). *Formação dos presbíteros da igreja no Brasil: diretrizes básicas*. São Paulo: Paulinas.
- Costa-Rosa, A. (1987). *Saúde mental comunitária: análise dialética de um movimento alternativo*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Costa-Rosa, A. (1995). *Práticas de cura nas religiões e tratamento psíquico em saúde coletiva*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Costa-Rosa, A. (1999). Modo psicossocial: um novo paradigma nos tratamentos psíquicos na saúde coletiva. *Vertentes*, 5, 11-22.
- Costa-Rosa, A. (2000). O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P. D. C. Amarante (Org.), *Ensaio de loucura e civilização: 1*, (pp.141-168). Rio de Janeiro: Fiocruz,.
- Costa-Rosa, A. (2002). *A instituição de saúde mental como dispositivo de produção de subjetividade*. Assis, SP: UNESP. Texto não publicado.
- Dreyfus, H., & RABINOW, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, Trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Trabalho original publicado em 1982)
- Finkler, P. (1990). *O formador e a formação* (L. R. S. S. Malta, Trad.). São Paulo: Paulinas.
- Foucault, M. (1982). *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber* (M. T. C. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1984a). *A verdade e as formas jurídicas* (R. C. M. Machado, E. J. Morais, Trad.). Rio de Janeiro: PUC.
- Foucault, M. (1984b). *História da sexualidade, II: o uso dos prazeres* (M. T. C. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Graal
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade, III: o cuidado de si* (M. T. C. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus, & P. RABINOW, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Foucault, M. (1999a). *História da Loucura na Idade Clássica* (J. T. C. Neto, Trad.) São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1972).
- Foucault, M. (1999b). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (R. Ramallete, Trad.) Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).
- Foucault, M. (1999c). *Microfísica do poder* (R. Machado, Org. e Trad., 14ª. ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Giordani, B. (1990). *Resposta do homem ao chamado de Deus: estudo psicológico sobre a vocação*. (A. Cancian, Trad.) São Paulo: Loyola.
- Goffman, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos* (D. M. Leite, Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1961).
- Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.

- Guirado, M. (1987). *Psicologia institucional*. São Paulo: EPU.
- João Paulo II. (1992). *Sobre a formação dos sacerdotes: pastores dabovobis*. São Paulo: Paulinas.
- Laplanche, J. (1996). *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Larrosa, J. (1994). Tecnologias do eu e educação. In T. T. Silva (Org.), *Os sujeitos da educação: estudos foucaultianos* (pp.35-86). Petrópolis: Vozes.
- Libânio, J. B. (1984). *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola.
- Libânio, J. B. (2000). *Cenários da igreja*. São Paulo: Loyola.
- Lourau, R. (1995). *A análise institucional*. (M. Ferreira, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Machado, R. (1981). *Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal.
- Maduro, O. (1981). *Religião e luta de classes*. Petrópolis: Vozes.